

NOTA TÉCNICA Nº 01/2025

Assunto: Contribuição à Meta 16 do PNE 2024–2034 – Valorização dos profissionais do inciso II do Art. 61 da LDB 9394/96: inspetores, supervisores e orientadores educacionais.

03 de julho de 2025

Entidades emitentes:

AFOR – Ação Formativa

1. Introdução

A presente Nota Técnica visa subsidiar o debate sobre a Meta 16, do novo Plano Nacional de Educação (2024–2034), com ênfase na valorização e formação dos profissionais da educação definidos no inciso II do Art. 61 da LDB 9.394/96, especialmente os supervisores, inspetores e orientadores educacionais, categorias frequentemente invisibilizadas nos documentos normativos e políticas públicas educacionais.

2. Fundamentação Legal

O Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) define:

- No inciso II: Trabalhadores da educação com formação em pedagogia ou habilitação legal específica, atuando nas áreas de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Estes profissionais exercem funções relevantes, alicerçando os eixos estruturantes do sistema educacional escolar, atuando na Educação Básica entre políticas públicas e práxis escolares, no acompanhamento e assessoramento das instituições de ensino, assim como na garantia da gestão democrática e da efetividade das aprendizagens.

3. Diagnóstico do Problema

Supervisores, inspetores e orientadores educacionais cumprem papel estratégico na efetivação da política educacional, atuando na gestão pedagógica, no acompanhamento técnico das escolas, na mediação de conflitos e na garantia do direito à educação. Entretanto é fácil verificar que:

- 1) Não são citados e ficaram ausentes das metas, estratégias e indicadores do PNE;
- 2) Sofrem com ausência de formação continuada específica e quando existe formação normalmente não é em universidade pública, fato esse que acarreta em ônus para os mesmos;
- 3) Enfrentam precarização de vínculos, planos de carreira indefinidos e invisibilidade institucional;
- 4) Não são reconhecidos como agentes essenciais para a qualidade da educação pública.

4. Propostas para a Meta 16 do PNE 2024–2034

Propomos que a Meta 16 contemple explicitamente os profissionais do inciso II do Art. 61, e que suas estratégias sejam ampliadas para prever:

a) Reconhecimento normativo e textual

Inclusão explícita das funções de supervisão, inspeção e orientação educacional nos enunciados e estratégias da Meta 16.

b) Planos de carreira específicos

Criação de carreiras próprias e valorizadas, com critérios de ingresso e progressão compatíveis com a natureza técnico-pedagógica das funções.

c) Formação continuada institucionalizada

Oferta pública e permanente de formação continuada, com recursos assegurados, em parceria com universidades públicas tanto em nível de especialização quanto de mestrado e doutorado constando de maneira explícita no PNE como estratégia prioritária.

d) Participação nas decisões das políticas educacionais

Garantia da representação dos profissionais do inciso II, art. 61, em conselhos, fóruns e grupos de trabalho, especialmente também no PNE.

e) Critério lotação nos cargos

Preenchimento dos cargos e funções de inspeção, supervisão, orientação educacional, administração e planejamento só possam ser ocupados por profissionais com formação adequada conforme previsto nos arts 64 e 67, §1º da LDB 9394/96

5. Considerações Finais

A construção de uma política de valorização profissional coerente com os princípios da LDB exige que o novo PNE supere a omissão histórica em relação aos profissionais do inciso II. Valorizar esses educadores é valorizar a gestão democrática, a qualidade da educação pública e a efetividade das políticas educacionais.

A omissão desses profissionais contraria a legislação vigente e compromete os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com a educação como direito social.

Assinam esta Nota Técnica:

Representante de Alagoas



Roberdougla Rocha dos Santos

Diretor Presidente da Associação dos Inspetores de Alagoas.